

A OBSESSÃO E COMPULSIVIDADE «ALEXANDRINA» PELO DIGITAL CAÓTICO: TRABALHO DOCENTE EM SALDO DIGITALIZADO A 1 EURO

«As instituições perecem pela vitória dos seus princípios [em sentido literal e contexto, veicula a ideia de uma doença-virose que corrói a base teórica de uma organização – no caso, a escola pública portuguesa – levando à sua queda por excesso ou dogma e hipocrisia-falsidade institucional, com deformação dos ideais originais que destroem o Estado por dentro]». (Eça de Queirós, *As Farpas*, Publicação satírica mensal de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão iniciada em 1871)

Como a tutela de Alexandre «*minimus*» gosta de sumação-sumários, a sinopse que se segue relata a crónica do imbróglio e vicissitudes da digitalização atarrachada e marretada dos exames nacionais de 2026 e o respectivo drama humano vivido, em cenário de urgência e *absurdum* da situação confrangedora-constrangedora politicamente criada, e do *ridiculum* que se seguiu. Do desastre nasceu a farsa política do colapso reinante.

Sob o signo de uma modernização ecossistémica escolar, modernidade e inovação panaceica líquida, febril e desumanizada, o presente artigo de opinião dissecar a ilusão-farsada tecnocrática que culminou na crise – caótico colapso – das provas digitais. Dentro da nossa matriz estilística, o texto que se segue postula que um verdadeiro estadista, mormente no sagrado templo da educação-escola, jamais capitula perante o ímpeto de «aventuras cegas»; antes pondera com gravidade os riscos do abismo, rejeitando a deplorável tragicomédia que foi, é, e continua a ser-sendo a digitalização geral e generalizada das provas republicanas (do princípio da aplicação da ética republicana dos valores da igualdade e da equidade perante a lei, à digitalização dos exames nacionais do ano da graça de 2026, vindo a verificar-se – das evidências – um contraste brutal entre a teoria ministerial fernando-alexandrina e a realidade prática observada e vivenciada pelos alunos-cobaia e famílias). Combate-se aqui a indignidade da identidade perdida e o desmoronamento da robustez e credibilidade ético-moral histórica do legado dos exames nacionais, outrora pilares inabaláveis do mérito e da equidade pública. Denuncia-se, assim, a gritante assimetria moral e financeira de um regime que se curva perante o império das corporações – corporizado no faustoso contrato de 2,6 milhões de euros com a Deloitte, entre outros contratos e com ajustes directos à mistura, no desespero-desvario emergencial situacional crítico – enquanto vota a classe docente – o professorado fatalmente proletarizado – à mais aviltante ignomínia-trabalho forçado,

indigência-pagamento e precariedade, tabelando o intelecto humano ao preço de saldo de um (1€) euro por item *clicado/classificado/avaliado*.

Mais, expõe-se a pressão-vigilância insustentáveis do trabalho intelectual servil e servilista mercantilizado, desumanizado e inadmissivelmente ajoelhado perante o senhor chicote-verdugo digital, o suserano e plenipotenciário *algorithmus dei* da escola digitalizada, decretando-se, com horror, a morte da escola do Homem e o advento da tirânica tutoria do algoritmo sob o frio reinado do *silicium*. Frente à covardia pusilânime dos decisores políticos que fogem ao olhar da verdade, ergueu-se o corpo docente como o supremo recurso-salvação da pátria escolar. Este texto patenteia a fractura entre o efémero da política-tiranete e o autêntico governante-estadista (afinal, aquele que não aspira apenas à efemeridade do poder, mas a ser recordado pela e para a posteridade. Onde, a História não esculpe no tempo os mercadores do pixel, mas sim os obreiros do bem comum, do *humanum* intemporal, consagrando a máxima de que o verdadeiro líder deve possuir a virtude e a imortalidade da *areté* (da Grécia Antiga e do grego antigo, «a excelência e a virtude moral máxima») e ser lembrado como um eterno *Pater Patriae* (da Roma Antiga e do latim clássico, «Pai da Pátria», título honorífico oficial e histórico), cujo nome fica gravado na memória dos séculos e esculpido no mármore do tempo milenar.

Há nos gabinetes-poder ministeriais um pálido e febril *delirium* logístico, que se compraz no culto cego do prodígio mecânico. Miragem que rapidamente (e com antecedentes) descambou em desorganização, confusão e perda de controlo com o caos burocrático e técnico. Mas mais, gerando o pânico, o desespero colectivo, tremores de medo do colapso total do sistema (falamos de milhares de casos multiplicantes por razões várias da digitalização falhada e do mega falhanço digital, sobressaltos entretanto confirmados *ad nauseam*), um *delirium tremens* real. É a obsessão alexandrina, aquela vertigem antiga de querer enclausurar toda a humana erudição nas frias e estéreis paredes de uma biblioteca universal e incorpórea, outrora de pergaminhos acumulados até ao tecto, e hoje reduzida ao silício cinzento dos servidores centrais falhos e falhantes (neologismo formal, mórfico). O Estado, tocado pela soberba de uma modernização sem alma, erguida sobre as brumas enganadoras da modernidade modernaça, incorreu no mais grave ostracismo-orgulho e teimosia deformante da essência humana: o pecado Homo-intelectual. Creram os nossos governantes, na sua infalibilidade-gabinete e infantilidade néscia que poderiam ascender aos céus da eficiência maquínica (neologismo semântico e conceptual no campo da filosofia contemporânea, relativo às máquinas e ao automatismo mecânico) e substituir o «sopro divino da inteligência», do discernimento do carbono e da avaliação pelo esqueleto rígido e sem vida do algoritmo. Onde, estarmos perante o delírio de Alexandria nas brumas-obscuridade da modernidade que vem consumando o pecado

Homo-intelectual, perpetrado pelos iluminados dos dados estatísticos, pela alegada obsolescência humana *démodé*, dizem os ignaros do deslumbramento digital, IA-lizante estupidificante, ceifador do pensamento crítico e da cidadania esclarecida.

Como bem advertia o filósofo e político romano Sêneca (principal representante do estoicismo durante o Império Romano, com impacto duradouro na cultura e filosofia ocidentais, nas suas *Cartas/Epístolas*, *non refert quam multos sed quam bonos libros habeas*, «não importa a quantidade, mas a qualidade dos livros que possuis»). No entanto, na sua fúria legislante (poder de legislar) e compulsória (que obriga, impõe e força) os novos mandarins (da arrogância excessiva de mandar) impuseram os exames nacionais digitais de 2026 como quem decreta um dogma de fé (uma «revelação» e crença irrevogável), operando uma verdadeira profanação-sabedoria para erguer a quimera de um progresso geométrico, limpo de poeiras e livre do erro humano. Mas o que se ergueu do nevoeiro sílico ou silicoso – que representa no significado-sentido figurado que lhe atribuímos, uma profunda obscuridade mental, confusão psicológica, cegueira emotivo-emocional, erro *crassus* de avaliação e não assertividade política, perda do corpo docente e sério risco de *burnout* de colegas completamente esgotados e a trabalhar em contra-relógio – não foi a biblioteca ordenada e a sapiência sabichona; antes foi a degradante digital «bestialidade», uma autêntica «Babel mecânica» (da inspiração bíblica) onde impera o caos mais absoluto. O ecrã, longe de se instituir como o límpido espelho da justiça escolástica (a virtude moral definida pela filosofia medieval, em especial por São Tomás de Aquino, como a vontade constante e perpétua de dar a cada um o que é seu por direito, unindo a moral cristã à razão lógica e ao pensamento aristotélico), transfigurou-se num labirinto de códigos corrompidos, páginas congeladas e almas juvenis suspensas na angústia de um sistema digital sem resposta(s). Uma engenharia desalmada que trata o saber como mercadoria e o mérito da juventude estudantil como um mero fluxo estatístico de dados extraviados no «purgatório da rede», persistindo casos que se assemelham mais ao inferno insanável.

Sendo que quando a grande engrenagem da utopia virtual estacou em Julho, rangendo as suas peças mal lubrificadas perante o pânico geral das secretarias ministeriais e escolas e professores classificadores (despromovidos de professores avaliadores) desaustinados, os mandarins do regime não procuraram a sabedoria dos antigos ou o bom senso tradicional. Longe disso! Fiel ao espírito mercantil do nosso tempo, a burocracia correu a prostrar-se perante o «bezerro de ouro» (da inspiração bíblica) das grandes corporações transnacionais, sacrificando o erário público no altar da conveniência tecnocrática. À velocidade com que os «vendilhões do templo» (da inspiração bíblica) outrora negociavam indulgências e vendiam falsas promessas de

salvação, os cofres do Estado foram «esvaziados» para saciar a Deloitte com a soma pornográfica de 2,6 milhões de euros, através de contratos apressados e ajustes directos assinados pela calada e nas trevas do desespero político de remediar o erro e emendar a mão (que o contribuinte-Povo é manso e bom pagante).

Donde, eis-nos perante a consagração da hipocrisia plutocrática (referente à plutocracia) ou seja, um sistema de governo ou controlo social em que o poder está nas mãos dos mais ricos (deriva do grego *ploutos*, «riqueza», e *kratos*, «poder»). Premeia-se a opulência do erro digital à razão de milhões, transformando a incompetência num negócio de bênçãos douradas. A talhe de foice, invocamos aqui a terrível máxima do poeta romano Juvenal nas suas *Sátiras*, quando afirma: *dat veniam corvis vexat censura columbas*, isto é, que «a censura perdoa aos corvos e persegue as pombas». A grande consultora, o corvo omnívoro destes tempos do moderno e contemporâneo digital, e dos falsos profetas do progresso angustiante, foi chamada para salvar o monstro que a própria incompetência irresponsável pública gerara e parira, facturando quantias faustosas de milhões para monitorizar o colapso. Sendo que enquanto a plataforma vacilava entre falhas de segurança e leituras erróneas de códigos QR, cada remendo tecno-tecnológico valia o seu pagamento em ouro, mesmo sendo um mega falhanço político-financeiro de proporções bíblicas, um verdadeiro dilúvio de incompetência técnica digital onde o Estado capitulou, capitula e continua capitulando sem arrepiar caminho, sem dignidade, sem autoridade e entregando a soberania da instrução-ensino público à facturação milionária dos privados. Donde, estarmos perante o «bezerro de ouro» da consultoria e os contratos-milhão à mão da consultadoria-abutre que não resolve mas cobra escandalosamente, e com nulidade de eficácia em pluricasos.

É neste cenário de ruína e desolação-estrago que se revela a face tétrico-sinistra da nossa (des)governança; falamos da covardia política e da fuga ao – Olhar da Verdade – sendo que os mesmos artífices que ditaram a ordem da digitalização compulsória, tal como os discípulos que abandonaram e fugiram no momento da provação-agonia do Mestre no Getsêmani (da inspiração bíblica, Marcos 14:50), quando confrontados com o descalabro técnico e o sofrimento humano das escolas, recolheram às suas alcovas de veludo, «culpando tudo e todos», esquivando-se olímpicamente às responsabilidades. Há um calculismo pusilânime (que foge do problema criado que criou) nos culpados deste regime, que teimam em insistir obstinadamente no erro, com fugas para a frente, para não confessarem a sua fraqueza, mas fogem covardemente ao olhar límpido da Verdade, lavando as mãos como modernos Pilatos (da inspiração bíblica, figurado adaptado) perante o descalabro que provocaram e o sofrimento que causaram, nomeadamente na

sobrecarga e desvalorização do trabalho docente e dos professores salvadores.

Mais, os governantes-decisores políticos em vez de assumirem a autoria do desastre digital consumado, blindaram-se com comunicados eufemísticos, auditoria ao processo de digitalização e classificação digital dos exames nacionais e relatórios de assepsia cerebral, esquecendo a culpa da leviana levianidade da decisão política, ignorando por completo o teste-piloto falhado do exame de Filosofia do ano passado. Sacudiram a culpa para as infra-estruturas locais-escolas, agrafadores e agrafos, para a impreparação dos técnicos ou para o fado imprevisível das redes (do destino-fatalidade imprevisível, reforçando a ideia da imponderação irrefletida e da imprudente imprudência da decisão política, da falibilidade técnica e do aventureirismo), enquanto desviam os olhos das vidas escolares destroçadas e lançadas às feras da incerteza, causando ruído sistémico, perturbação e ansiedade, onde deveria reinar o mais absoluto silêncio, concentração e foco. É a recusa absoluta do confronto moral. Erguem biombo burocráticos para salvaguardar as suas carreiras e salvar a face, esquecendo a máxima de Cícero (106 – 43 a.C., importante orador e político da República Romana, lembrado como um dos maiores defensores dos ideais republicanos e da eloquência na Roma Antiga) em *De Officiis*, Livro I, 23: *injustitiae genera duo sunt alterum eorum qui inferunt alterum eorum qui ab iis quibus infertur si possunt non propulsant injuriam*, que traduzido significa «Dos Deveres / Sobre os Deveres: mas há dois géneros de injustiça: um daqueles que a cometem, outro daqueles que, podendo, não afastam a ofensa daqueles contra quem é cometida». Recapitulando, porque importa vincar-frisar a ideia sábia e assertiva, «há dois tipos de injustiça: a daqueles que a cometem e a daqueles que não a afastam dos outros [da irresponsabilidade radical pelo Outro], podendo fazê-lo». Provam, assim, que esta elite tecnocrática – em negação da nobre, humanista e humanizada política – possui a soberba necessária para destruir um sistema, mas carece da dignidade mais elementar e do espírito de justiça para arcar com as responsabilidades-consequências, ilacções políticas e culpa política do seu próprio e monumental fracasso, não ficando isentos de crítica quer o presidente da República António José Seguro quer o primeiro-ministro Luís Montenegro, pelas meias palavras nada convincentes para todo e qualquer cidadão na plenitude do exercício da sua cidadania cívica e intervenção crítica sobre a condução da *res publica*.

Contemplemos agora, com o coração trespassado de indignação, o reverso desta moeda dourada. Enquanto os cofres públicos se «esvaziam» para alimentar os «parasitas-corporate», o professor – o mestre venerável, o guarda-mor das letras que dedicou a sua Vida-existência ao cultivo do espírito humano – é empurrado para o cativeiro da mais vil pressão-trabalho em saldo humilhante. Sim, é que para este verdadeiro operário da mente, reduzido a um mero autómato de cliques, a retribuição do Estado não se conta em milhões (a

coisa é mais de «tostões»); a remuneração foi tabelada pela bitola miserável de um único e mísero eurito por cada item visto, transformando o «sacerdócio» do ensino num degradante e desvalorizado mercado de «modernos escravos intelectuais». E assim NÃO! Não senhor ministro!

Um euro por item visto! Eis o aviltamento supremo, as trinta moedas de prata (da inspiração bíblica, da traição de Judas Iscariotes, adaptado) do saldo digitalizado da inteligência humana. E não vale a pena pedir reiteradas desculpas (evitam-se!) aos professores massacrados pelo erro-teimosia política da obsessão e compulsividade digital. Mais, onde estão os remorsos e o rebate-consciência destes governantes que gastam fortunas com divindades de metal avariadas e exigem o sacrifício quase gratuito da carne e do intelecto de quem ensina, está no terreno e «sabe da coisa». Os professores lusos foram vítimas do «calvário digital» dos exames nacionais de 2026, assistindo-se à mais brutal – mercantilização do acto pedagógico – uma autêntica via-sacra onde a máquina dita as regras e o mestre é despido da sua dignidade e autoridade intelectual, reduzido a um mero escravo de verificação de dados. Mais, há uma crueldade requintada neste sistema-exploração: o professor já não é o mestre que corrige com a pena do seu punho e avalia; foi transformado num «classificador», é agora um «avaliador» clicante e clandestino (de partes, não do todo), pago a preço de frete de mercearia, forçado a validar o caos gerado pela incompetência alheia. Onde a Deloitte arrecada milhares por hora e milhões, o professor recebe uma esmola para tentar remediar o descalabro. Convenhamos que isto é brincar com coisas sérias e «ver o mundo de patas para o ar». Donde, estarmos em presença dos pseudo remorsos tardios (do elogio-desculpa que não colhe, analisados os factos), e do trabalho docente a preço-esmola. Inadmissível e intolerável!

E contudo, quando todo o edifício virtual ameaçou ruir e arrastar consigo as legítimas esperanças de milhares de alunos-estudantes candidatos à entrada no ensino superior, quem susteve as colunas do templo contra a destruição total (da inspiração bíblica de Sansão, ao contrário, adaptado)? Não foram os algoritmos! Não, não foram os algoritmos da multinacional, nem os servidores-*fetich*e que os gabinetes ministeriais da centralina alexandrina tanto incensavam como falsos deuses. Foi, uma vez mais, o velho, analógico, cansado e maltratado recurso-salvação humano-docente. Imagine-se! Foram os professores portugueses que, esquecendo a ofensa da vil retribuição, imolaram as suas noites, dias e horas, famílias e férias – pressionados a trabalhar em contra-relógio, vigiados e admoestados – para decifrar exames em ecrãs que colapsavam, garantindo a pulso e com sacrifício que nenhum aluno ficasse esquecido no limbo digital tutelado por Alexandre *minimus*.

Repetindo, porque importa repetir altissonantemente, o brio profissional do mestre-professor ergueu-se como a última barreira contra a barbárie burocrática. Diante desta nobreza de carácter e espírito, da Alma da

educação-escola humanista, ecoa o verso imortal de Horácio (65 – 8 a.C., um dos maiores poetas da Roma Antiga, recebeu uma excelente educação-formação em Roma e Atenas), nas suas *Odes* (do grego, *odé*, «canto»), com o título original em latim de *Carmina* («canções» ou «poemas»): *justum et tenacem propositi virum*, que traduzido significa «o homem justo e firme no seu propósito», aquele que nem o furor dos cidadãos nem a depravação-degradação ecossistémica digitalizada nem o rosto do tirano digital ameaçador conseguem abalar ou fazer desistir. Sendo que enquanto as linhas de apoio técnico emudeciam no auge da crise e os «políticos de pacotilha» desvalorizavam e desertavam do escrutínio-indagação, foi a resiliência e a paciência benemérita ilustre do corpo docente musculado que operou o milagre de resgatar o país Portugal do colapso letal do seu sistema de avaliação – o que se passou com o estrondoso falhanço da digitalização dos exames nacionais de 2026 foi anedótico e de extrema gravidade, politicamente sacudida e minimizada. Salvou-se a «pátria escolar» de 2026 não pela eficiência e eficácia da tecnologia vanguardista e de ponta-treta, mas pelo espírito indomável e de missão daqueles – as professoras e os professores lusitanos-portugalianos (neologismo lexical) – que o Estado português teima em manter na mais indigna das misérias pagantes de 1€, em saldo digitalizado por item classificado.

Esta obsessão compulsiva pelo digital falhado haverá de constar-figurar nas crónicas da nossa História da Educação como um monumento à estupidez pomposa, pseudo triunfante e idolátrica. A transição digital não passou de uma farsa mercantil, sendo que se desumanizou os exames para enriquecer a grande empresa, empobreceu-se o professor com uma ninharia mesquinha como paga, desvalorizou-se o trabalho, a profissão e a profissionalidade docente, e glorificou-se o computador. O «saldo a um euro» do trabalho profissional docente, do professor (da ênfase redundante explícita, para abanar a «(in)consciência política», devendo ouvir os sindicatos) pesará na memória colectiva como uma marca-ferrete indelével de vergonha, enquanto os 2,6 milhões da Deloitte ficarão como o testamento-legado de um Portugal degenerado e em degenerescência do regime-sistema político que conhece o preço venal de todas as máquinas, mas perdeu a capacidade-faculdade de compreender o valor eterno de quem ensina. Como bem profetizou Camilo, «o dinheiro não compra a dignidade, mas paga o pregão que a enterra». (Camilo Castelo Branco, *A Queda d'um Anjo*)

Donde, ter ficado provado à saciedade (da repleção-saturação) que o digital falhou e o humano salvou. Sendo que para memória futura, estiveram nas antípodas o megalómano e mega falhanço da digitalização a 100% dos exames nacionais de 2026, e o recurso-salvação humano-docente analógico e o Juízo da História.

«Conhecer a verdade, enxergar [verificar] a verdade, e mesmo assim continuar acreditando na mentira: isso é estupidez». (Richard Feynman, Físico teórico, a quem é atribuída a ideia, não formulada como autoria-citação, mas no sentido da honestidade intelectual)

«Eles não são loucos. Foram treinados para acreditar, não para saber. A crença pode ser manipulada. Apenas o conhecimento é perigoso». (Pierre Joseph Proudhon, *Mente Estóica*)

Disse.

Professor.

O autor escreve sem aplicação do novo Acordo Ortográfico (AO).

Carlos Calixto-Almeida